

Próximas reuniões definirão a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho

Ao todo, foram realizadas quatro rodadas de negociação ao longo do mês de março e início de abril, visando à renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) para 2018.

No último encontro, realizado no dia 3 de abril, o Sindicato patronal anunciou que chamaria as direções das instituições para avaliar em reunião o andamento do processo de negociação e as tratativas foram pausadas por 15 dias. Na ocasião, o Sinepe anunciou a orientação para que instituições antecipem 1,81% do INPC acumulado do período.

Na câmara da educação básica, os principais destaques nas tratativas foram: a aproximação do valor hora/aula no ensino fundamental, reajuste salarial, prazos para despedimento dos professores, condições de trabalho para atendimento de alunos com deficiência e calendário de férias.

Na câmara da educação superior, os principais pontos foram: limite de número de alunos por turma, regulamentação do calendário de recesso e férias, extensão da CCT aos tutores de EaD; manutenção da assistência do Sindicato nas rescisões contratuais e reajuste salarial.

Destaques da educação básica:

- a aproximação do valor hora/aula no ensino fundamental;
- reajuste salarial;
- prazos para despedimento dos professores;
- condições de trabalho para atendimento de alunos com deficiência;
- calendário de férias e recesso.
- manutenção da assistência do Sindicato nas rescisões contratuais e reajuste salarial.

Destaques da educação superior:

- reajuste salarial;
- limite de número de alunos por turma;
- regulamentação do calendário de recesso e férias;
- extensão da CCT aos tutores de EaD;
- manutenção da assistência do Sindicato nas rescisões contratuais e reajuste salarial.

EDITORIAL

Resistindo à retirada de direitos

A negociação com o Sinepe/RS, ao longo do mês de março, já evidenciou que a intenção patronal, sintonizada com a conjuntura nacional, é de retirar direitos dos professores.

Os representantes do Sinpro/RS têm resistido e pausado com ênfase os aspectos mais adversos da realidade dos professores no ensino privado para efeito de regulamentação e melhoria das condições de trabalho.

Está em jogo, no processo em curso, além de questões trabalhistas dos professores, a medida do compromisso das mantenedoras da educação básica e superior com a qualidade do ensino privado gaúcho.

Com relação à principal questão pautada pelo Sinepe/RS, que é a intenção de acabar com a assistência do Sindicato nas rescisões contratuais, trata-se, mais do que o desejo de impor um retrocesso nas garantias dos direitos dos professores, da evidente intenção, eticamente condenável, de lesar os professores por ocasião de seu desligamento das escolas.

Será que o ensino privado gaúcho, hegemônico pela profissionalidade religiosa e identidade comunitária, vai querer arcar com essa mácula?

Nos desdobramentos e desfecho das negociações estará a resposta para esta questão.

Direção Colegiada

Sinpro/RS rejeita o fim da assistência nas rescisões

Ponto central das discussões das negociações coletivas entre o Sinpro/RS e o Sindicato patronal (Sinepe) tem sido a assistência do Sinpro/RS nas homologações das rescisões contratuais dos professores.

Já de início, a proposta patronal de afastar o Sinpro/RS do processo foi rejeitada pelos representantes dos professores. O argumento do Sinpro/RS é de que muitos prejuízos aos professores e discrepâncias nos cálculos são flagrados pelo Sindicato em favor dos docentes justamente no momento da rescisão.

Só em 2017, foram rescindidos 6.308 contratos de trabalho. Todas as rescisões foram realizadas nas sedes do Sindicato em Porto Alegre e no interior do estado, com o acom-

panhamento e a assistência dos profissionais e da direção do Sinpro/RS. Nos primeiros três meses de 2018 já foram homologadas 1.887 rescisões.

Segundo a direção do Sinpro/RS, a assistência aos docentes nas rescisões vai ao encontro da preservação dos direitos e da dignidade profissional, além de se tratar de um dos momentos mais difíceis para os professores, diante de uma nova legislação bastante complexa.

É no momento da rescisão que se identificam e se resolvem diversos problemas relacionados às verbas rescisórias. Além disso, a assistência do Sindicato tem um caráter preventivo, com o objetivo de minimizar a litigância judicial em função de eventuais irregularidades.

NÚMEROS

Ensino privado mantém alta rotatividade

Dados do Sinpro/RS revelam a manutenção do alto número de rescisões contratuais no ensino privado gaúcho ao longo dos anos. Na tabela abaixo, os números registrados nos últimos três anos.

| RESCISÕES CONTRATUAIS | | | | |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------------|
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 (até 25/03/2018) |
| EDUCAÇÃO BÁSICA E INFANTIL | 4526 | 4651 | 4362 | 1302 |
| EDUCAÇÃO SUPERIOR | 1939 | 1997 | 1946 | 585 |
| TOTAL | 6465 | 6648 | 6308 | 1887 |

PROGRAMA

“Vamos” – Apoio psicológico e jurídico aos professores

O Sinpro/RS lançou no final de 2016 o Programa de Apoio aos Professores em Fase de Rescisão. Intitulado *Vamos*, o programa dá suporte aos docentes do ensino privado que vão ao Sindicato homologar seu desligamento da instituição de ensino.

A proposta vai ao encontro do aumento do número de demissões e da necessidade de apoio do Sindicato ao professor, em um esforço coletivo de unificar ações que

possibilitem o atendimento às demandas nesse difícil momento.

O Programa consiste em um acolhimento qualificado ao professor, além das orientações sobre questões contratuais, trabalhistas e previdenciárias. Durante o atendimento é lembrada ao professor a possibilidade de manter seu vínculo com o Sindicato para continuar se beneficiando dos serviços prestados.

D3

Rescisão no Sinpro/RS

**O Sindicato confere, ✓
corrige ✓
e garante ✓
os direitos ✓
dos professores.**